



**Secretaria de Estado da Educação**  
**Diretoria de Ensino – Região de São Joaquim da Barra**  
**Núcleo de Finanças**

PROCESSO Nº: 255043/2020

INTERESSADO: **APAE DE MIGUELÓPOLIS**

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS – TERMO DE COLABORAÇÃO  
REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2019 – **PARECER CONCLUSIVO**

A presente Prestação de Contas referente ao exercício de 2019, relativa aos recursos repassados a APAE DE MIGUELÓPOLIS visando o auxílio para **Atendimento Educacional Especializado**, cujos valores vão abaixo discriminados, foi analisada por esta comissão, segundo os critérios contidos na Instrução nº 02/2016 alterada pela Resolução nº 03/2017, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, publicada no DOE de 29 de novembro de 2017, foi considerada em ordem, quanto ao seu aspecto formal.

Outrossim, **atestamos:**

I) O recebimento da prestação de contas e que não foram aplicadas sanções ao ente beneficiário. Houve orientações técnicas presenciais, coletivas, individuais, circulares orientadoras e aconteceram correções técnicas por parte da instituição;

II) Data de recebimento da prestação de contas: 31/01/2020  
Data dos repasses: 4ª parcela 17/09/2019 no valor de R\$ 32.658,09

III) Valores repassados e comprovados:

Valor repassado no exercício de 2019 – fonte QESE	R\$ 32.658,09
Rendimentos aplicações financeiras	R\$ 45,24
Recursos da Entidade – RP	R\$ 731,44
Subtotal	R\$ 33.434,77
Valor Devolvido	R\$ 8,81
Despesas comprovadas	R\$ 33.425,96

IV) O regular funcionamento da entidade, localizada à Avenida Antonio Alves Filgueira, nº 2001 - em Miguelópolis - SP;

V) A entidade é uma sociedade civil, filantrópica, de caráter cultural, assistencial e educacional, sem fins lucrativos, e tem como finalidade prestar atendimento especializado à pessoas portadoras de necessidades educativas especiais, não atendidas na Rede Pública Estadual, em virtude de suas especificidades;

VI) O objeto dos recursos repassados, conforme Plano de Aplicação, foi efetuado com: pagamento de professores, encargos sociais e manutenção das classes conveniadas, atendendo alunos portadores de necessidades especiais. A economicidade evidenciada nas previsões de recursos dentro do programa governamental foi assegurada com procedimentos que garantiram o emprego racional dos recursos.



**Secretaria de Estado da Educação**  
**Diretoria de Ensino – Região de São Joaquim da Barra**  
**Núcleo de Finanças**

VII) O cumprimento das cláusulas pactuadas em conformidade com a regulamentação que rege a matéria;

VIII) A regularidade dos gastos efetuados, compatíveis com as metas do Plano de Trabalho e a perfeita contabilização das transações desenvolvidas pela entidade beneficiária;

IX) A conformidade dos gastos às normas gerais sobre licitações e contratos administrativos definidos na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores;

X) A regularidade dos recolhimentos de encargos trabalhistas, quando a aplicação dos recursos envolver gastos com pessoal;

XI) Que as cópias dos documentos das despesas correspondem aos originais apresentados pelo beneficiário onde constam o tipo de repasse obtido e o órgão repassador a que se referem;

XII) O atendimento aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade.

Isto posto e, nada mais havendo a providenciar, archive-se nesta Seção de Finanças, à disposição do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

São Joaquim da Barra, 14 de Abril de 2020.

Maria Neide B. Vellano  
RG.8.321.596-7  
Diretor I – Núcleo de Finanças

De acordo,

Reinaldo Carlos Nogueira Junior  
RG 24.799.343-8  
Dirigente Regional de Ensino